

A ciranda, de volta

Fernando Pedreira *

Paulo Garcez, excelente fotógrafo (provavelmente o melhor retratista que temos), observador sardônico e bem-humorado das coisas da terra, costuma dizer que a vida das mulheres no sertão brabo do Nordeste pode resumir-se em três frases: "Xô, galinha", "Pra dentro, criança" e "Acuda, gente, que meu marido tá me matando!"

Homem de convicções fortes e bem estabelecidas, decidido a evitar dúvidas sobre suas simpatias políticas, Garcez adotou para si a divisa: "A Índia para os ingleses!" Quanto à África, bem, a África, talvez o melhor seja mesmo — admite ele — entregá-la à maioria negra. Em troca, os africanos que hoje vivem em outras paragens poderiam dar por concluída a sua já multissecular diáspora e regressar à Terra Prometida, ao seu vasto e rico Continente.

Cada macaco em seu galho. Na verdade, o mundo onde vivemos seria certamente bem mais simples e feliz se o espírito missionário (e a ganância) dos europeus — portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses — não os tivesse levado, desde fins do século 15, a meter-se em terras que não eram suas, enganando e explorando aborígenes muitas vezes ingênuos e despreparados. A ilha de Manhattan, por exemplo, coração da cidade de Nova York, capital do mundo, vale hoje, por baixo, cerca de 77 bilhões de dólares. Há dois ou três séculos, no entanto, holandeses espertos e empreendedores compraram-na dos índios por um punhado de quinquilharias avaliadas em 24 dólares, a preços atuais. (Fonte: revista *Time*, maio de 1990).

Chama-se a isso escambo. No Brasil, os índios trocaram seu vasto mundo pagão pelo crucifixo. Perderam a terra, mas ganharam, quem sabe, o céu. Muitas vezes, aliás, como ainda há relativamente pouco tempo, no litoral Sul da

os efeitos saneadores do *ippon* inaugural que enxugou a liquidez e derrubou a inflação vão-se perdendo em equívocos, hesitações e incompetências diversas.

Os preços do dólar e do ouro começam a subir e (o que é pior) a ciranda financeira está de volta. Impulsionados pelo próprio Banco Central, os juros do over, que haviam caído de 18 para 9 e, depois, para 4 por cento, subiram em maio para mais de 6 ou 7 por cento ao mês. Juros de agiota, 14 vezes mais altos que os da poupança. Se a inflação é zero, ou próxima de zero, esses juros equivalem a uma rendimento REAL de mais de cem por cento ao ano. Estamos pois de volta, em matéria de ciranda financeira, aos mesmos padrões de 1989.

Num tal quadro, não admira que as cadernetas se esvaziem (já não há a ilusão da correção monetária alta, para confundir os depositantes) e que os recursos que deviam destinar-se à produção, ao comércio e ao mercado de ações se desviem para a especulação pura. Quem paga esse juro absurdo capaz de dobrar, em menos de um ano, em valores reais, o dinheiro na mão dos investidores? Quem paga é o governo, o Tesouro. E com que recursos? Não há atividade produtiva, não há imposto (a não ser a própria inflação) capaz de sustentar tamanha fogueira.

Nos Estados Unidos, diante de uma inflação que alcançou os 12 e 14 por cento anuais (e de um governo que não cortava o déficit público), Paul Volcker tomou medidas que levaram a taxa básica de juros a um pico histórico de 21 por cento ao ano. No Brasil, derrubada a inflação, enxugados os desembolsos do governo, qual seria a taxa básica adequada para desencorajar excessos de consumo e de gastos,

Bahia, bastava a camisa velha de um doente de variola, pendurada estrategicamente por algum fazendeiro num galho de árvore, perto de uma aldeia indígena, para mandar para o paraíso tribos inteiras...

Infelizmente, a evolução histórica dos

povos e das civilizações não é como um desses rolos de filme que se pode passar da frente para trás. Não se podem devolver à Europa quinhentista os galeões de Colombo e Cabral. Não se pode (e isto é sem dúvida bem mais triste ainda) descarregar de volta, na África colonial dos séculos seguintes, as frotas inumeráveis dos navios negreiros que cruzaram o Atlântico.

"Era um sonho dantesco... o tombadilho/que das luzernas avermelha o brilho, / Em sangue a se banhar. / Tinir de ferros... Estalar de açoite... / Legiões de homens negros como a noite, / horrendos a dançar" (...) "Senhor Deus dos desgraçados! / Dizei-me vós, Senhor Deus! / Se é loucura... Se é verdade / Tanto horror perante os céus?! / O mar, por que não apagas / Co'a esponja de tuas vagas do teu manto este borrão?..."

Além dos versos de Castro Alves (e dos romances admiráveis do bruxo do Cosme Velho, Machado de Assis, ainda agora redescobertos pela americana Susan Sontag) não se negará que a ocupação européia da América Latina, tal como se fez, tenha produzido também uma considerável balbúrdia, não só no sangue e nos genes da população, como na cabeça da maioria das pessoas. Confundimo-nos. Misturamos instituições, idéias e conceitos de ordens e origens diversas. E ainda hoje, quando vai chegando ao fim o quinto século depois da Descoberta e da Conquista, nossa característica confusão continental não dá sinais de abater-se.

A umidade do trópico embacia a vista e embaralha as idéias, mesmo nas cabeças aparentemente mais bem penteadas e arrumadas, como a do jovem presidente Collor. Seu governo não completou ainda 60 dias e parece já perdido num pantanal de medidas provisórias que se acavalam, se atropelam, se contradizem ou corrigem umas às outras, enquanto

"Os preços do dólar e ouro
começam a subir.

Os juros do over,
juros de agiota,
estão 14 vezes
mais altos que os
da poupança"

sem entretanto tolher os investimentos e o crescimento natural da economia? Entre os 21 por cento de Paul Volcker e os mais de 100 por cento reais de Ibrahim Eris e Mailson da Nóbrega, a distância parece exageradamente grande. Já não se trata

de uma taxa corretiva mas, sim, "ganhativa": um grupo de privilegiados, os mesmos de sempre, entope-se de dinheiro com ela, à custa do país.

Antes do seu próximo despacho com o presidente do Banco Central (em que língua discutem os dois? Esperemos que não seja em português...), o presidente Fernando Collor deveria reler com atenção seu próprio discurso de posse, pronunciado perante o Congresso Nacional, no dia 15 de março. Os economistas, em geral, tendem a ver a economia como um motor de automóvel que, para funcionar bem, precisa ser regulado, mexido, acelerado ou retardado a todo momento, por seus pilotos e mecânicos.

Ao contrário, economia e a sociedade são uma coisa viva, um bicho, uma planta que (no nosso caso) pode sofrer das doenças e pragas características do trópico, mas é em si mesma forte e saudável. Deve-se, quando necessário, matar a praga, curar a doença, mas sem tirar da planta a liberdade, a vitalidade natural. Tanto mais quanto, no Brasil, as piores misérias da economia decorrem precisamente do excesso acumulado de interferência política do Estado e do governo e não do contrário.

O presidente Collor, que se considera um homem corajoso (algumas vezes ele é antes temerário que corajoso) precisaria agora ter a coragem de suas convicções (as de 15 de março) e aproveitar a liquidez enxugada e a inflação derrubada para acabar com as intromissões repetidas e abusivas do BC e da Fazenda na economia. E para sepultar de vez esse perverso e torto instrumento que é a indexação (ou correção monetária), na verdade um meio de proteger os mais ricos contra os mais pobres e permitir aos primeiros nadar de braçadas na mesma onda da inflação que afoga os segundos. Ânimo, presidente.